

## RESPOSTA AO PARECER

Atendendo às razões apresentadas no texto da petição, parece-nos inconsistente que se alegue *ansiedade* e *depressão* com os exames como argumento para os contestar – e, nesse caso, o exame de Português não se distingue particularmente por esse efeito.

No entanto, se se pretender deslocar a questão para o problema mais geral dos exames como meio de avaliação e de seleção, então o objeto de discussão e de alegação não poderá ser especificamente o exame de Português, mas todo o sistema de avaliação, classificação e seleção por meio de exames – que os autores da petição não põem em causa.

No contexto em que os exames são vistos como meio privilegiado de seleção de candidatos ao ensino superior, o desempenho em tarefas de leitura e escrita em Português, *em níveis cognitivos elevados*, constitui uma *conditio sine qua non* de prosseguimento de estudos nos vários ciclos do ensino superior, o que não pode deixar de ser objeto de avaliação, dado o carácter transversal do conhecimento linguístico, explícito e implícito, exigido a todos os estudantes, e não apenas aos que se dedicam às humanidades.

Por outro lado, vários estudos mostram que *a forma como o ensino é realizado é mais relevante do que outros fatores* (dimensão da turma, estabilidade da colocação dos professores, pobreza), o que introduz enviesamentos criados por variações regionais, e não apenas sociais e económicas, ligados a fatores críticos da qualidade das escolas e a recursos disponibilizados, que condicionam o trabalho científico, pedagógico e didático realizado pelos professores.

Deste ponto de vista, o exame de Português, *feito por todos os alunos e integrando a sua nota interna*, será o melhor indicador de que estamos a corrigir os fatores críticos da melhoria da educação – precisamente por ser uma disciplina essencial na formação de todos os estudantes e transversal a todas as aprendizagens. Por isso, na comparação com outros sistemas de ensino, argumento que é alegado pelos autores da petição, importa ver os exames como um todo e não isolando uma ou outra característica.

De facto, verifica-se que os exames são os elementos decisivos no acesso ao ensino superior no Reino Unido, por exemplo – e para destacarmos apenas este exemplo, mas poderíamos alegar o caso de outros países, como a Suécia, a Dinamarca ou os Países Baixos. Contudo, as notas de exame no Reino Unido valem *como pré-condição de acesso e não como forma de seriar os candidatos*. Um curso de Medicina exige, por exemplo, a classificação A nos exames de *A-level* a Biologia, Física e Química, num sistema em que não se faz nada parecido com o complexo jogo de médias aritméticas que é feito em Portugal, numa situação que não é também comparável sequer em termos da autonomia das escolas. Por outro lado, considera-se aí apenas o exame e não a classificação final do ensino secundário. Há, portanto, uma independência maior entre o ensino superior e as escolas e uma maior autonomia destas, o que justifica esta

prevalência dos exames, que permitem *avaliar o cumprimento das metas de aprendizagem, tendo em conta a autonomia de facto na gestão curricular e na lecionação dos programas*, neste e noutros sistemas educativos (europeus ou norte-americanos).

Mesmo o argumento, que podia ser introduzido, de que devemos reduzir a influência da avaliação externa nas práticas docentes, ou seja, no currículo real, nas metodologias de ensino e nos instrumentos de avaliação interna, mesmo esse argumento, dizíamos, pressupõe a alegação ‘fraca’ de que só há aspetos negativos nos itens das provas de avaliação externa – e de que não há itens bens construídos ou que a avaliação externa não pode ter um efeito positivo, eventualmente ‘exemplar’, nas metodologias de ensino. Este aspeto justificaria uma ‘demonstração’ que não cabe na resposta a esta petição.

Por outro lado, a existência futura de exames de Português em formato digital poderá permitir *criar provas não standardizadas* que permitam adaptar a dificuldade das questões às respostas dos alunos e, deste modo, avaliar e aferir, de forma universal, completa e rigorosa, *a verificação das aprendizagens de cada escola, em geral, e de cada aluno, em particular*.

O ponto decisivo é mesmo este: permitir que o papel especial, transversal e interdisciplinar que as provas de Português podem ter seja vantajosamente utilizado para a melhoria dos fatores críticos da qualidade das escolas, para a verificação das aprendizagens que cada uma (como escola aprendente) e cada aluno, em particular, realizam, *com provas não standardizadas*, que não repitam o modelo das provas em papel e que possam rentabilizar a futura avaliação digital, integrando o máximo possível de competências previstas no Perfil dos Alunos – mas dando às escolas do ensino superior a responsabilidade ética e profissional de escolherem e selecionarem os seus alunos.

Lisboa, 2 de agosto de 2023  
A Direção da Associação de Professores de Português